

09 ABR 2014

FOLHA DE LONDRINA

Fabio Camargo pode pedir salários 'retroativos'

Rodrigo Batista

Equipe Bonde

Curitiba - De volta ao cargo de conselheiro do Tribunal de Contas (TC) do Paraná, o ex-deputado estadual Fabio Camargo pode entrar com um pedido de pagamento retroativo dos salários referentes ao período em que ficou afastado da órgão. Camargo voltou a exercer suas funções de conselheiro após 130 dias de afastamento e deve participar hoje de sua primeira sessão plenária após o retorno.

O advogado Igor Sant'Anna Tamasauskas, que defende o conselheiro, disse que o ex-parlamentar está no "direito dele". "Quem não o deixou trabalhar foi quem entrou com essa ação. É uma garantia dele o cargo e os vencimentos e somente um processo administrativo dentro do TC poderia afastá-lo", explica. Apesar disso, o advogado não deu certeza se haverá de fato esse pedido de Camargo referente aos salários. "Isso é uma decisão de foro pessoal."

Na prática, se houver a solicitação, ele poderia ganhar quatro salários, referentes a dezembro do ano passado e janeiro, fevereiro e março deste ano. Hoje a remuneração fixa do conselheiro é de R\$ 25.323,50. Com os descontos, R\$ 19.824,02. Segundo a assessoria de imprensa do TC, o órgão faria o pagamento solicitado, dependendo apenas do pedido formal do conselheiro.

A reportagem esteve ontem no gabinete do conselheiro para tentar conversar com Camargo, mas a informação obtida foi que ele estaria em viagem e não concederia entrevistas. O gabinete não informou sobre os motivos da viagem – se particular ou relacionada às atividades no TC. Também procurada, a assessoria de imprensa do órgão disse que não tinha essa informação.

O ex-deputado foi afastado do TC por despacho da desembargadora Regina Afonso Portes, do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná. A decisão depois foi endossada pelo Órgão Especial do TJ. No último dia 4, porém, uma liminar deferida pelo ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou o retorno de Camargo ao TC.

INFLUÊNCIA NO SECRETARIADO

A volta de Fabio Camargo ao TC influenciou até mesmo na mudança de secretariado do governador Beto Richa (PSDB). O secretário estadual de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, João Carlos Gomes, que havia sido exonerado na última sexta-feira, para se candidatar à Assembleia Legislativa pelo PSDB, acabou voltando para o cargo na última segunda-feira.

O ex-reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) desistiu de concorrer ao pleito porque o deputado Plauto Miró (DEM), representante daquela região, decidiu tentar a reeleição. Até

sexta-feira, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou a recondução de Fabio Camargo ao TC, Plauto Miró tinha intenção de se candidatar ao cargo de conselheiro. Mas acabou desistindo e optando pela reeleição. (colaborou Adriana De Cunto)

09 ABR 2014

FOLHA DE LONDRINA

TJ mantém voto paritário

Londrina – Atendendo uma medida cautelar do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) do último dia 4, a Universidade Estadual de Londrina decidiu manter a paridade na apuração dos votos da eleição de hoje. O voto das três categorias que formam a comunidade universitária terá o mesmo peso: 33,33%. Anteriormente, os votos dos professores correspondiam a 70%, contra 20% dos técnicos administrativos e 10% dos alunos.

Por se tratar de uma decisão que não é definitiva, o Conselho Universitário aprovou que a UEL busque junto ao TJ autorização para lacrar as urnas. O objetivo é para que os votos sejam contabilizados após o julgamento do mérito de uma ação em trâmite que questiona o quórum da reunião do Conselho, realizada em 2011, que aprovou a mudança na proporcionalidade dos votos e alterações na titulação e tempo de experiência dos candidatos à reitoria e direção de Centros de Estudos da UEL.

Segundo a reitora, Nádina Moreno, caso o TJ não se manifeste oficialmente e, em tempo hábil, quanto à possibilidade de lacre das urnas, os votos serão apurados imediatamente após o encerramento do período de votação, atendendo determinação judicial. (L.F.C)

09 ABR 2014

FOLHA DE LONDRINA

STF terá de julgar caso sobre furto de galinha

Mariângela Gallucci
Agência Estado

Brasília - Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) terão de decidir em breve se deve ser mantido ou arquivado um processo criminal aberto contra Afanásio Maximiano Guimarães, acusado de ter furtado um galo e uma galinha avaliados em R\$ 40.

A defensoria pública tentou livrar Afanásio do processo, mas não conseguiu até agora. O Tribunal de Justiça de Minas Gerais, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), rejeitaram os pedidos, que eram baseados no princípio da insignificância, ou seja, no pequeno valor das aves subtraídas. Também foi usado o argumento de que os animais foram devolvidos ao proprietário.

Em um despacho assinado no último dia 2, Fux negou o pedido de liminar para que a ação fosse suspensa. "A causa de pedir da medida liminar se confunde com o mérito da impetração", justificou o ministro. Ele decidiu pedir um parecer do Ministério Público Federal. Em seguida, o caso deverá ser julgado pelos ministros da 1ª Turma do STF.

O Supremo é o tribunal responsável no Brasil por julgar

causas criminais abertas contra autoridades, como congressistas, que têm direito ao chamado foro privilegiado. O julgamento mais rumoroso ocorreu recentemente, quando o plenário condenou acusados de envolvimento com o esquema do mensalão, entre os quais, parlamentares e ex-ministros.

Além de ações penais contra autoridades, o tribunal também tem de decidir se leis estão ou não de acordo com a Constituição. Mas, rotineiramente, aparecem ações como a de Afanásio. Já foram julgados, por exemplo, casos envolvendo subtração de celular e furtos de garrafa de vinho, roda de carro, barra de chocolate e embalagens de xampu.

09 ABR 2014

FOLHA DE LONDRINA

Gaeco encerra quinto inquérito contra Colli

Lucio Flávio Cruz
Reportagem Local

Londrina – O Grupo de Atuação e Combate ao Crime Organizado (Gaeco) encaminhou ontem ao Ministério Público (MP) o quinto inquérito policial contra o ex-presidente do Partido Verde (PV) Marcos Colli, que foi indiciado por estupro de vulnerável. Foram identificadas duas vítimas, que na época dos abusos eram menores de 14 anos.

De acordo com o delegado do Gaeco, Ernandes Cezar Alves, foram ouvidas diversas testemunhas e as vítimas confirmaram os abusos por parte de Colli. “O in-

diciado utilizou com estas crianças o mesmo modus operandi dos casos anteriores. Não conseguimos identificar uma possível terceira vítima. Havia uma foto, mas não a localizamos”, frisou o delegado.

Neste mesmo inquérito, o Gaeco investigava a participação do ex-assessor da Câmara Municipal de Londrina no desaparecimento de uma adolescente de 17 anos, em 2010, na zona norte. Segundo Alves, não foi comprovada a participação de Colli no sumiço da garota. “Não há mais nenhuma

investigação sobre novas vítimas do indiciado, a não ser que apareça algum fato ou informação por parte do MP.”

Marcos Colli é réu em quatro ações criminais que tramitam na 6ª Vara Criminal de Londrina por ter cometido, contra 12 crianças, os crimes de estupro de vulnerável e de filmar e fotografar crianças e adolescentes em poses sexuais e pornográficas. Os processos foram concluídos após serem ouvidas as testemunhas arroladas pelo MP e pela defesa e também o réu.

Porém, em todas as audiências, Marcos Colli se reservou ao direito de permanecer calado.

A juíza Zilda

Romero aguarda a manifestação da defesa para eventuais requerimentos ou diligências para pronunciar a sentença, em até 30 dias. Se for condenado, Colli pode pegar de 8 a 15 anos de prisão pelos crimes de estupro e de 4 a 8 anos pelas imagens e fotografias.

Marcos Colli está preso desde 20 de maio do ano passado em uma cela especial no 5º Batalhão da Polícia Militar. A reportagem tentou contato com o advogado de defesa, Mateus Vergara, mas ele não atendeu as ligações.

**Político foi
indiciado por
estupro de duas
menores de 14 anos**

09 ABR 2014

FOLHA DE LONDRINA

LUIZ GERALDO MAZZA

Pelo menos trincou

Deputados do Paraná se achavam confortáveis para encontrar hoje em Brasília com Arno Augustin, secretário do Tesouro Nacional, imaginando até, pelo otimismo de alguns, a prisão daquela autoridade por desobediência à liminar do STF. Ocorre que a infração agora não é mais a do limite de gastos com pessoal, mas o caso de inadimplência nos investimentos em saúde que obriga todo governante, estadual ou municipal, nos 12%.

Dá a impressão que as duas partes tergiversam, uma na dureza e outra nos subterfúgios retóricos de que ajustou conduta com o TC como da vez anterior.

Enquanto isso o governo não paga as promoções de servidores estaduais (na segurança a revolta é grande) por causa da falta de recursos e o secretário da Fazenda, Luiz Eduardo Sebastiani, prometeu, semana passada, atender esses casos, mas deixando o acumulado em atrasados para as calendas.

Se não quebrou, certamente já trincou que nem o moinho de Maceió.

66

INFORME FOLHA

Ora, nós temos uma decisão do ministro do Supremo e 'a mão lá' não respeita. Então nós temos que pedir; não prendemos, mas pedimos a prisão do Augustin"

Prisão?

Indignado com a não liberação do empréstimo do Programa de Apoio ao Investimento de Estados e do Distrito Federal (Proinveste) ao governo do Paraná, o presidente da Assembleia Legislativa (AL), Valdir Rossoni (PSDB), chegou a defender ontem a prisão do secretário do Tesouro Nacional, Arno Hugo Augustin Filho. Na semana passada, o ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), solicitou o cumprimento da liminar que obriga a União a autorizar a concessão do crédito, no valor de R\$ 816 milhões. "Justiça é para ser respeitada. Ora, nós temos uma decisão do ministro do Supremo e 'a mão lá' não respeita. Então nós temos que pedir; não prendemos, mas pedimos a prisão do Augustin", disparou.

Giacóia reconduzido

O procurador-geral de Justiça do Ministério Público (MP) do Paraná, Gilberto Giacóia, toma posse hoje, às 10 horas, em solenidade na sede do MP. Candidato único, ele foi reconduzido ao cargo com 85% dos votos dos membros do MP, para novo mandato de dois anos.

09 ABR 2014

FOLHA DE S. PAULO

Vargas e doleiro já são réus em escândalo de corrupção no Paraná

Petista foi absolvido da acusação de improbidade, mas acabou condenado a devolver R\$ 10 mil; ele recorreu

Assessoria do deputado licenciado disse que ele não comentará o assunto; defesa do doleiro não respondeu

WILHAN SANTIN
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA,
EM LONDRINA

O deputado federal André Vargas (PT-PR) e o doleiro Alberto Youssef, pivô do pedido de investigação contra o petista na Câmara, são réus no mesmo escândalo de corrupção no Paraná e responderão na Justiça desde 1999.

O chamado caso Ama/Comurb é o maior escândalo de corrupção da história de Londrina, base política de Vargas. No final da década de 1990, pelo menos R\$ 14 milhões, em valores da época, teriam sido desviados em licitações fraudulentas.

Segundo o Ministério Público do Paraná, o valor teria sido desviado em diferentes fatias. Numa delas, em 1998, dos R\$ 141 mil que saíram dos cofres municipais, R\$ 120 mil acabaram com Youssef, e R\$ 10 mil, com André Vargas.

Militante do PT à época, Vargas coordenava as campanhas locais do partido, como a de Paulo Bernardo (atual

ministro das Comunicações) à Câmara. A Promotoria suspeita que o dinheiro tenha abastecido essas campanhas.

Youssef teria “lavado” o dinheiro num conta fantasma.

O doleiro está preso desde o dia 17, apontado pela Polícia Federal como um dos chefes do esquema de lavagem de dinheiro (investigado na Operação Lava Jato) que teria movimentado R\$ 10 bilhões.

“Não podemos afirmar que há um elo entre Vargas e Youssef, mas há uma situação comum entre eles. Receberam dinheiro na mesma ocasião, fruto do mesmo desvio, no mesmo dia. Estão ligados ao mesmo núcleo do caso”, afirmou o promotor Cláudio Esteves.

Processado em 1999 por improbidade, Vargas foi absolvido da acusação em 2002, mas a Justiça o condenou a devolver os R\$ 10 mil.

O deputado recorreu para não devolver o dinheiro, e o caso ainda tramita em segunda instância. A Promotoria também recorreu —por entender que Vargas agiu com dolo ao receber os recursos.

Youssef foi denunciado sob acusação de lavagem de dinheiro, formação de quadrilha, falsificação de documentos e falsidade ideológica. Foi preso preventivamente duas

vezes (em 2000 e 2001) em razão do processo, que ainda tramita na primeira instância.

“Esta lentidão da Justiça como um todo, incluindo o Ministério Público, está associada à reiteração da delinquência. Se esse processo tivesse sido julgado, Youssef não delinquiria novamente”, afirmou o promotor Esteves.

A relação entre Vargas e Youssef veio à tona no início do mês, quando a **Folha** revelou que o petista pegou emprestado um avião com o doleiro para uma viagem ao Nordeste com familiares. Depois vieram à tona diálogos e mensagens em que Vargas prometia ajudar o doleiro.

Vargas começou na política na década de 1980. Elegeu-se vereador em Londrina em 2000 e deputado estadual dois anos depois. Em 2006, conquistou uma cadeira na Câmara, com 83.222 votos.

OUTRO LADO

A assessoria de Vargas em Londrina disse que ele não comentará o assunto no momento. A reportagem entrou em contato com o escritório do advogado de Alberto Youssef e aguarda resposta. Também contactou a assessoria do ministro Paulo Bernardo, mas não teve resposta até a conclusão desta edição.

09 ABR 2014

FOLHA DE S. PAULO

Juiz manda apurar encontros de ex-deputado fora da prisão

Valdemar foi visitado por políticos em restaurante onde trabalha

SEVERINO MOTTA
DE BRASÍLIA

O juiz Vinicius Santos Silva, da Vara de Execuções Penais do Distrito Federal, determinou a abertura de inquérito disciplinar para apurar se o ex-deputado Valdemar Costa Neto (PR-SP) descumpriu as condições que lhe foram impostas para obter o benefício do trabalho externo.

A **Folha** revelou que Valdemar foi visitado por políticos do PR no restaurante onde trabalha, em Brasília.

O inquérito será conduzido pela direção do CPP (Centro de Progressão Penitenciária). O juiz também determinou à Subsecretaria do Sistema Prisional que intensifique a fiscalização do cumprimento das regras de trabalho externo por Valdemar.

Se a Justiça entender que Valdemar descumpriu as regras, ele poderá ser punido com penas que vão de uma simples advertência até à suspensão do benefício da saída para trabalhar.

Depoimento de dois presos dado à Justiça do Distrito Federal fala em regalias a condenados do mensalão durante o café da manhã. De acordo com os detentos, ao invés de um “todão com leite em pó e água”, o “café do mensalão” contava com “café e leite puro”, além de frutas.

Apesar do depoimento dos presos ter sido tomado no mês passado, os fatos relatados dizem respeito ao início de janeiro. À época, estavam no semiaberto do presídio da Papuda o ex-ministro José Dirceu, o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, o ex-deputado Valdemar Costa Neto (PR-SP), o ex-deputado Bispo Rodrigues e o ex-tesoureiro do PL, atual PR, Jacinto Lamas. Advogados dos condenados negam regalias. A direção do presídio não quis se manifestar. A secretaria de Segurança do DF não respondeu.

Presos por transportar cocaína são libertados

A Justiça Federal no Espírito Santo mandou soltar quatro acusados pelo transporte de cocaína em helicóptero pertencente à empresa do deputado estadual Gustavo Perrella (SDD-MG), filho do senador Zezé Perrella (PDT-MG).

Rogério Almeida Antunes (piloto), Alexandre José de Oliveira Júnior (copiloto), Everaldo Lopes Souza e Robson Ferreira Dias (que teriam recebido a droga) respondem por tráfico e associação cri-

minosa. Eles estavam presos desde novembro de 2013, quando foram flagrados pela Polícia Federal no município de Afonso Cláudio (ES).

Os acusados transportavam 445 kg de pasta-base de cocaína em um helicóptero da empresa Limeira Agropecuária, da qual o deputado Gustavo Perrella é sócio. O dono da fazenda onde o helicóptero havia pousado, Elio Rodrigues, também é réu na ação, mas não estava preso.

Na decisão, proferida na segunda-feira, o juiz da 1ª Vara

Federal Criminal Marcus Vinicius Costa diz que revogou a prisão preventiva por considerar “haver excesso de prazo para formação da culpa”.

Para o Ministério Público Federal, “não restam dúvidas” sobre a atuação consciente e ilegal dos réus. O órgão diz que vai aguardar o recebimento dos autos para avaliar se cabe ou não recurso.

A **Folha** não encontrou a defesa dos acusados.

A Polícia Federal descartou participação da família Perrella no caso.

09 ABR 2014

FOLHA DE S. PAULO

Por conta das reputações

O Tribunal de Contas da União (TCU) é uma das mais antigas instituições republicanas do Brasil, com raízes fincadas na Constituição de 1891. Merece respeito, se não pela antiguidade, ao menos pelo papel controlador que passou a exercer em período recente.

A nomeação para ministro do TCU de um senador com seis processos no Supremo Tribunal Federal decerto não contribuirá para lustrar a imagem do órgão controlador. Trata-se de Gim Argello (PTB-DF), cuja indicação é articulada por governistas, mais afeito à camaradagem entre pares do que ao cuidado com a coisa pública.

Argello não tem condenação no STF e faz jus à presunção de inocência. Não é, contudo, o seu caso individual que se acha em pauta, e sim a reputação das instituições.

O Congresso deveria ser o primeiro a zelar pelo prestígio do TCU. Não fosse por menos, o órgão figura na Constituição como auxiliar do Legislativo na fiscalização e no controle dos gastos do Executivo. Vale dizer, naquela que é uma das principais funções do Parlamento.

Se não primou pela efetividade no seu primeiro século de existência, é fato que o TCU se tornou, após ganhar atribuições ampliadas na Carta de 1988, bem mais atuante. Há quem diga que atua até demais e contribui para engessar a

ação do Estado com uma parafernália de normas, mas ao Congresso compete pôr freios aos excessos da burocracia, e não diminuir-lhe a autoridade com indicações temerárias, por conveniência política.

Ressalve-se que não parece haver vício formal algum na escolha de Argello, pelos colegas senadores, para substituir o ministro Valmir Campelo, que se aposentou. As indicações ao TCU partem da Presidência da República ou do Congresso e, pela regra de alternância estabelecida, é a vez do Senado de preencher a vaga aberta.

Os processos contra o senador no Supremo e o repúdio à nomeação manifestado por funcionários do TCU, entretanto, deveriam bastar para que se procedesse com mais prudência. Mesmo que seja fruto de uma negociação do Planalto com o PTB no quadro da reforma ministerial, o Congresso não existe para sujeitar-se ao arbítrio do Executivo — e menos para instalar no órgão de controle um ministro que ficará a dever-lhe favores.

Menos mal que, ontem, tenha falhado a manobra que resultaria numa “aprovação-relâmpago” de Gim Argello, sem que seu nome fosse analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos, por exemplo. Agora com mais tempo, os senadores poderão pensar melhor sobre a conveniência da indicação.

09 ABR 2014
FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

Éta povinho autoritário

SÃO PAULO. Estou até agora recebendo e-mails indignados de médicos e procuradores pela coluna de sexta, em que critiquei a atitude de uma obstetra e de uma juíza do RS de obrigar uma mulher a fazer uma cesariana contra a sua vontade.

Os defensores da medida sustentam que, dadas as condições clínicas (feto em apresentação pélvica, gravidez pós-termo e duas cesarianas prévias), o procedimento cirúrgico era o mais indicado e que a paciente não tinha o direito de colocar em risco a integridade física da criança.

Eu talvez comprasse o argumento se estivéssemos lidando com certezas. Se a grávida estivesse apontando uma arma para seu útero e fosse disparar, uma intervenção policial seria provavelmente legítima. Mas este está longe de ser o caso, o que nos coloca numa discussão quase metafísica sobre o que é um risco aceitável.

Obviamente concordo que a cesárea era o mais indicado. Há farta literatura a sustentá-lo. Mas protocolos médicos não são destino. São apenas um modelinho matemático mostrando o que tende a funcionar melhor para casos parecidos. E, neste caso, a chance de o bebê sobreviver sempre foi maior que a de morrer. O risco de morte perinatal em apresentação pélvica vai de 0,26% na cesárea para 1,15% no parto vaginal (revisão Cochrane, 2003). Somando as outras condições dela (pós-datismo, cesárea prévia) talvez dobrássemos essa cifra. É muito para uma gravidez, mas não chega a ser uma roleta russa.

O que é um risco razoável? 1%? 5%? Aqui não há respostas objetivas, o que nos condena a aceitar a subjetividade e, por conseguinte, a reconhecer a autonomia do paciente.

Vale observar que grávidas podem totalmente dentro da lei submeter seus fetos a riscos talvez maiores, como escalar o Everest, fazer mergulhos em profundidade ou beber até entrar num coma alcoólico. Aí, “salvar” os bebês exigiria decretar que grávidas são, ao lado de menores e loucos, cidadãs com menos direitos.

09 ABR 2014

FOLHA DE S. PAULO

Pais teve 136 agressões a jornalistas no ano passado

Cobertura de protestos motivou alta de 232%

No ano em que os protestos populares tomaram as ruas do Brasil, as agressões a jornalistas no país cresceram 232%, segundo o Conselho de Defesa da Pessoa Humana (CDPH), do governo federal.

Enquanto em 2012 houve 41 casos de violência, em 2013 o número saltou para 136.

O estudo foi apresentado ontem no seminário "Liberdade de Expressão e Poder Judiciário", no Rio. Segundo Tarciso Jardim, do CDPH, a alta em 2013 se deveu principalmente aos protestos iniciados em junho. Ele defendeu a criação de um protocolo policial para evitar agressões a jornalistas por parte da polícia como para protegê-los de ataques de manifestantes.

Segundo o levantamento, desde 2009 o Brasil registrou 321 casos de violência contra jornalistas e comunicadores, com 18 assassinatos. Para Guilherme Canela, assessor regional da Unesco, a agressão a jornalistas é um ataque à liberdade de expressão: "Se o cidadão percebe que nem os jornalistas estão protegidos, ele imagina que ele também não está, bem como o seu direito de se expressar".

MÔNICA BERGAMO

TENSÃO A BORDO

O ministro Ricardo Lewandowski, do STF (Supremo Tribunal Federal), passou por um grande susto no sábado, no voo da TAM que o trazia de Vitória (ES) a SP. Uma das turbinas do avião pifou. Em meio à turbulência, o comandante anunciou que o pouso não poderia ser em Congonhas, já que a pista era curta. Nem em Vitória, pelo mesmo motivo.

TREMOR

Na hora de pousar em Guarulhos, outro susto: o terminal estava lotado. O comandante avisou que tentaria descer em Viracopos. A tensão aumentava. Mas o pouso, apesar do tremor, foi feito em segurança. Na aeronave estavam delegados de polícia que participaram com o ministro de um seminário sobre segurança em Vitória.

09 ABR 2014

FOLHA DE S. PAULO

racionalmente DE SEXO

**Em comunidade
de Campinas,
maridos
agressivos
ficam sem
bilhar, futebol
e... na seca**

GIOVANNA BALOGH
DE SÃO PAULO

Nada de sexo, cerveja no bar nem partidas de bilhar ou futebol. Para grande parte dos homens, ficar sem apenas um desses itens já é uma verdadeira tortura. Em uma comunidade carente do bairro Jardim Columbia, em Campinas (a 99 km de SP), esse é um perigo constante.

Manter os companheiros "na seca" foi a saída encontrada pelas mulheres do local para puni-los por agressões físicas ou verbais.

A ideia foi reduzir os recorrentes casos de violência doméstica o que, segundo moradores, tem dado certo.

O chamado período de 'disciplina', onde os homens são privados de sexo ou qualquer atividade de lazer, dura 15 dias e vale para todas as 200

famílias da comunidade que, por coincidência ou não, chama Menino Chorão.

A líder comunitária e cozinheira Maria do Carmo Pereira de Sousa, 44, diz que no bairro não existe o ditado "em briga de marido e mulher não se mete a colher". "Aqui todo mundo se mete e interfere."

Ela diz que a medida foi adotada há cerca de dois anos e só tem dado resultado porque são as próprias mulheres quem fiscalizam se o castigo está sendo cumprido.

"Se o meu companheiro está em disciplina e toma cerveja no bar com um amigo, a mulher dele vai puni-lo também deixando de fazer sexo com ele", diz Maria do Carmo, que faz reuniões quinzenais com as vizinhas para discutir os casos de agressão.

Ela, que é mais conhecida como Carmem, afirma que também foi vítima de violência doméstica quando vivia em Pernambuco com o pai dos seus sete filhos.

"Apanhei muitos anos sem saber o motivo. Muitas mulheres passam por isso diariamente e não sabem como se defender", diz a líder comunitária que vai contar hoje sobre essa experiência no "IFórum sobre Violência contra a Mulher: Múltiplos Olhares", a partir das 9h na Unicamp.

Dono do único bar da comunidade, Ualas Conceição dos Santos, 24, diz que nunca agrediu a mulher, mas que vê muitos homens proibidos de frequentar seu estabelecimento. "Aqui quem manda são as mulheres. A 'disciplina' funciona e acho bom pois as mulheres têm sido muito maltratadas", afirma.

Na comunidade, é difícil achar um homem que fale abertamente que ficou de 'castigo'. O técnico em refrigeração, Michel Nascimento Barbosa, 23, aprova a 'disciplina' e diz que já enfrentou as restrições de lazer e de sexo. "Foi ruim, mas elas estão certas", diz ele, todo comedido.

REINCIDÊNCIA

Em caso de reincidência, o agressor também pode apanhar. "Ele pode ser amarrado e a mulher bate nele na frente de todo mundo", diz.

Nos casos mais graves, o homem é expulso da comunidade. Segundo ela, já ocorreram quatro expulsões e as vítimas escolhem se desejam ficar no local ou ir embora com o agressor. "Infelizmente, algumas foram com eles."

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

A delegada Maria Cecília Favero Lopes, da Delegacia de Defesa do Direito da Mulher, desconhecia a justiça feita por conta própria das mulheres do Menino Chorão.

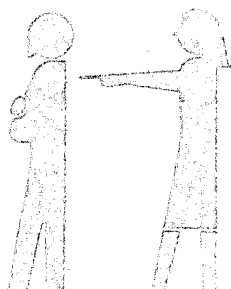
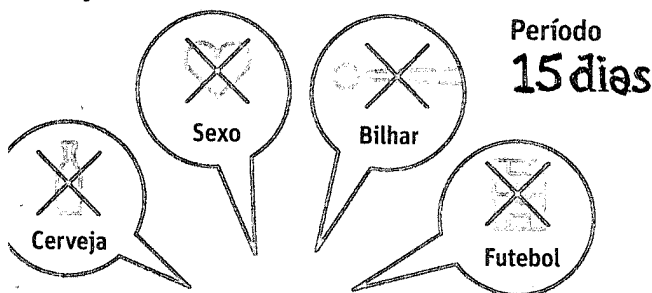
Segundo ela, a recomendação é que as vítimas de violência doméstica denunciem os casos e, se for necessário, solicitem medida protetiva prevista na Lei Maria da Penha. "O homem que for agredido pela mulher também deve procurar uma delegacia e relatar o caso", diz a delegada.

De acordo com dados da Secretaria de Estado da Segurança Pública, em 2012, foram registrados 3.108 casos de lesão corporal dolosa na DDM de Campinas. No ano passado, foram 2.242 ocorrências. A pasta não divulgou, no entanto, os números deste ano.

AQUI SE FAZ, AQUI SE PAGA

Veja as punições aplicadas por comunidade em Campinas (SP) a maridos agressivos

Privações simultâneas de



>As penas podem ser estendidas a qualquer homem que participar de atividades de lazer com quem estiver no "período disciplinar"

>Casos de reincidência podem gerar expulsão da comunidade

De Atenas à África, iniciativa já levou ao fim de guerras

A greve de sexo foi a saída encontrada pelas mulheres de Atenas para promover a paz, na comédia de "Lisístrata", do dramaturgo grego Aristófanes, em 411 A.C.

Em guerra contra os espartanos e cercadas pelos inimigos, as atenienses se negaram a fazer sexo com seus maridos enquanto a paz não fosse reestabelecida. Não deu outra, a greve acabou com a guerra.

A ativista liberiana Leymah Gbowe conseguiu fazer em seu país o que mostra a comédia grega. Em 2002, ela lançou a ideia da greve de sexo na Libéria enquanto a guerra civil que seu país enfrentava não chegasse ao fim.

Apelidada de "Guerreira da Paz", Leymah teve sucesso em sua iniciativa e o conflito na Libéria chegou ao fim um ano depois.

Em 2011, Leymah foi uma das três ganhadoras do Prêmio Nobel da Paz.

09 ABR 2014

GAZETA DO POVO

Cresce a proporção de médicos que respondem por erro no país

Levantamento de especialista em Direito Médico mostra que 7% dos profissionais atualmente são réus na Justiça

Rosana Félix

Entre 2000 e 2012, a proporção de médicos alvo de processos por erro profissional no Brasil quase dobrou. Passou de 4% para 7% — o que significa que, atualmente, cerca de 28 mil profissionais são réus em ações na esfera cível, ética ou criminal. Os dados foram levantados para o livro *Erro Médico e Judicialização da Medicina*, que será lançado amanhã em Curitiba, durante um debate sobre o tema.

O país, porém, não está preparado para lidar com o aumento das demandas judiciais. O alerta é do autor do estudo, o advogado e especialista em Direito Médico Raul Canal. Segundo ele, o Judiciário não tem quadros especializados em saúde, e isso acaba criando injustiças para os réus e também para os autores das ações. “O que um juiz aprende sobre Medicina? E, com a carga de trabalho que tem, como vai

se debruçar em um processo com sete a dez volumes com terminologia técnica e científica? Não há tempo nem preparo para isso”, afirma.

No Paraná, por exemplo, um dos estados onde Canal já fez o levantamento regionalizado sobre erro médico, foram identificadas 90 ações com decisão de mérito no período de 2000 a 2013. Dessas, 60% foram julgadas improcedentes na 1.^a instância. Ou seja: para os juízes, na maior parte dos casos ocorreu apenas uma fatalidade, e não negligência ou imprudência profissional. “Mas o que ocorre é que, às vezes, o paciente não têm razão e ganha, condenando o médico de forma injusta. E muitas vezes o paciente realmente tem razão, mas não consegue provar, e o juiz inocenta o médico”, explica Canal.

A demora e a falta de conhecimento técnico dos juízes para julgar casos médicos é um problema já reconhecido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Em agosto de 2013, o órgão aprovou, por unanimidade, a Recomendação n.º 43, orientando os tribunais estaduais a criarem varas especializadas para processar e julgar ações que tenham como objeto o direito à saúde pública. Além disso, recomendou que as va-

ras competentes priorizem os processos relativos à saúde suplementar.

O CNJ fez apenas uma recomendação e por isso cada tribunal tem autonomia para decidir sobre a instalação da vara especializada. O Tribunal de Justiça do Paraná não informou se planeja seguir a recomendação.

Motivações

A falta de qualidade nos serviços médicos é um dos motivos para o aumento dos questionamentos. “Isso ocorre no serviço público e no suplementar. Os médicos são muito mal formados. Em 1998, tínhamos 100 escolas de Medicina. Hoje temos 216. Onde foram buscar professores? Não há corpo docente qualificado. Em 2012, de 192 faculdades avaliadas pelo MEC, só 70 passaram. Não obstante, as de péssima qualidade continuam abertas”, critica.

O acesso à informação também contribui para que as pessoas acionem o Judiciário em busca do que consideram seu direito. “Não há mais paciente. Há um consumidor de serviços de saúde, que não é nada paciente.”

Serviço

Lançamento de livro e debate sobre erro médico.

Data: 10 de abril. Local: Universidade Positivo, anfiteatro I, bloco amarelo.

Endereço: Rua Prof. Pedro Viriato Parigot de Souza, 5.300, Curitiba.

CONTINUA

09 ABR 2014

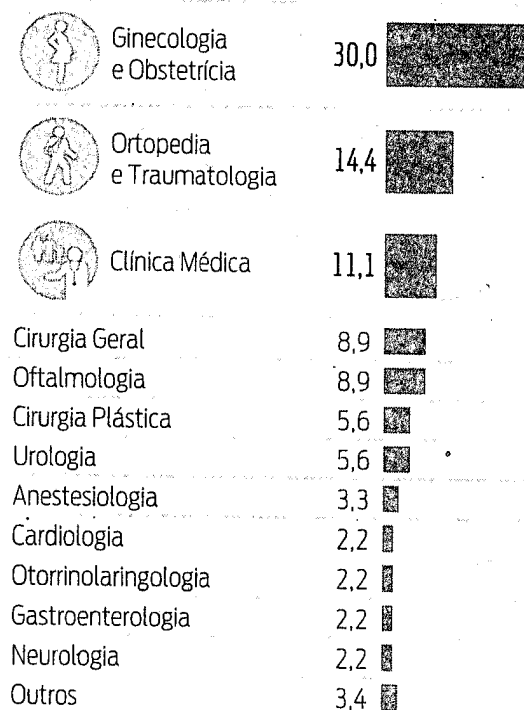
GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

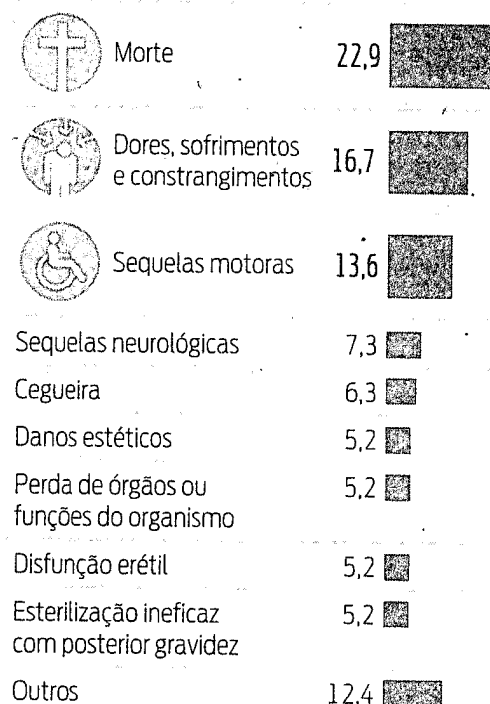
NEGLIGÊNCIA X FATALIDADE

A análise de 90 processos por erro médico no Paraná revelou que as mulheres são as que mais recorrem à Justiça, e a especialidade Ginecologia e Obstetrícia é a mais reclamada:

Especialidades mais demandadas (Em %)



Consequências para os pacientes (Em %)



Perfil dos demandantes

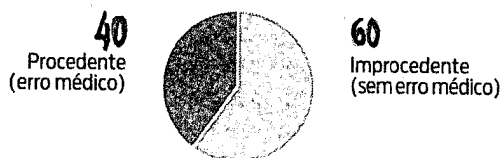


Perfil dos réus

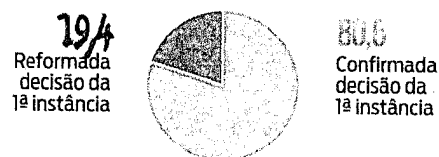


Porém a maioria das decisões judiciais indica que não ocorreu erro médico, apenas fatalidades:

Decisão em 1ª instância



Decisão em 2ª instância



Fonte: Raul Canal, especialista em Direito Médico. Infografia: Gazeta do Povo.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

09 ABR 2014

AUXÍLIO

ONG auxilia pacientes e familiares afetados por negligência

"Mataram meu filho."
Moradora de Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba, Saula Dell'Antonia Silveira, 76 anos, não poupa palavras para acusar de erro médico quem ela considera responsável pela morte do filho, José, em 2001. Saula conta que o filho morreu de infecção, após uma intervenção médica em que foi colocado um cateter na uretra para retirada de pedras no rim. "O médico disse que as dores que ele sentia eram normais, depois não atendeu mais o telefone. Outros médicos não queriam atendê-lo. Foi um crime o que fizeram", conta Saula, que não conse-



Morte do filho levou a Saula a criar entidade.

guiu levar o processo adiante na Justiça, principalmente, por falta de dinheiro.

Para ajudar famílias que passam por situação semelhante, ela fundou a Associação Beneficente José Gaudêncio

Silveira, em 2002. "Foi até contra a vontade da família, mas minha mãe precisava disso para poder falar a respeito do ocorrido. Acredito que é missão dela tentar ajudar aos outros", diz a filha Marta. (RF)

"Os médicos são muito mal formados. Em 1998, tínhamos 100 escolas de Medicina. Hoje temos 216. Onde foram buscar professores? Não há corpo docente qualificado. Em 2012, de 192 faculdades avaliadas pelo MEC, só 70 passaram. Não obstante, as de péssima qualidade continuam abertas."

Raul Canal, o advogado e especialista em Direito Médico.

JORNADA

excessiva e a situação precária da saúde pública colaboram, segundo o sindicato da categoria, para os erros.

CONTINUA

09 ABR 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Relação com paciente exige transparência

O presidente do Sindicato dos Médicos no Paraná (Simepar), Mario Ferrari, diz que as condições de trabalho atuais podem causar situações de má prática médica. “A imprudência, a negligência e a imperícia não deveriam ocorrer nunca, mas a jornada excessiva muitas vezes acaba interferindo na conduta profissional”, avalia.

Ferrari alerta, porém, para o que ele considera “demonização” do profissional. “É preciso ver a estrutura disponível e outros fatores, como a baixa remuneração dos planos privados, o que leva a uma jornada excessiva.”

Muitas vezes, quando ocorre uma fatalidade, familiares do paciente não aceitam o ocorrido, e acionam a Justiça. Para evitar isso, diz Ferrari, o médico e o paciente precisam ter uma relação próxima, de confiança e transparência. “Todos os riscos precisam estar bem colocados. Mas a Medicina não é uma ciência exata.” (RF)

DEMANDA

Ginecologia e Obstetrícia são as áreas com mais acionadas no Paraná

Dos 90 processos analisados pelo advogado Raul Canal no Paraná, 30% são questionamentos sobre erro médico na área Ginecológica e Obstétrica. Em seguida aparecem Ortopedia e Traumatologia (14,4%) e Clínica Médica (11,1%). A maior parte das demandas (22,9%) foi motivada por óbito.

Entre os profissionais que são réus, a maior parte é homem: 78,3%, acima do percentual de médicos que atuam no Paraná. Segundo o estudo Demografia Médica do Brasil, do Conselho Federal de Medicina, 65% dos profissionais que atuam no estado são homens.

Raul Canal informa que vai terminar o levantamento dos dados de todos os estados até setembro, e que, após, será possível comparar as conclusões do Judiciário. “A intenção é analisar os casos mais graves e as diferenças nos julgamentos. Não pode haver discrepâncias nessas situações”, opina. Segundo ele, o ideal é que seja criada uma espécie de tabela, como a usada por seguradoras, para delimitar a indenização para cada órgão atingido em caso de erro médico, prevenindo determinados agravantes. (RF)

09 ABR 2014

GAZETA DO POVO

Notas
Políticas

16 JUÍZES SUBSTITUTOS

serão empossados pelo Tribunal de Justiça amanhã. Eles foram aprovados no último concurso de ingresso na magistratura e serão designados para diversas comarcas do interior do Paraná.

09 ABR 2014

GAZETA DO POVO

» SERVIDORES DA SAÚDE

TJ-PR admite falha em liminar

Angieli Maros e Amanda Audi

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) confirmou ontem que houve um erro no texto da decisão que pretendia determinar a volta dos servidores da Saúde ao trabalho. Na liminar, expedida pelo juiz Sérgio Luiz Patitucci na segunda-feira, faltaram três palavras necessárias para dar sentido completo ao parecer. Com a falha, o SindSaúde (Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos Estaduais dos Serviços da Saúde e da Previdência do Estado do Paraná) argumentou que não foi informada da

ilegalidade da greve e, por isso, manteve a paralisação.

No texto assinado pelo juiz é possível ler o seguinte trecho: (...) “a) determinar que os servidores da área da saúde vinculados à Secretaria de Estado da Saúde, vinculados ou não ao SindSaúde, até que seja apreciado o mérito da demanda”.

Por meio de sua assessoria de imprensa, o TJ-PR informou que já foi aberto um procedimento para corrigir o problema no documento, onde precisam ser acrescentadas as seguintes palavras: (...) “a) determinar a suspensão do movimento dos servidores da área da saúde vinculados à Secretaria de Estado da Saúde (...)”. A correção ainda está em trâmite no Tribunal.

» QUARTÉIS

PGR se opõe a inocentar ato libidinoso

BRASÍLIA

Agência Estado

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, opinou contra a ação proposta por sua antecessora, Helenita Acioli, para que a pederastia e outros atos libidinosos em ambiente militar deixassem de ser considerados crimes. Para Janot, a prática é crime previsto no Código Penal Militar.

Em setembro, quando exer-

ceu interinamente o cargo de procuradora-geral, Helenita propôs uma ação na qual sustentou que a ingerência na vida sexual dos militares revela uma política capaz de restringir o acesso às Forças Armadas.

Na arguição de descumprimento de preceito fundamental, Helenita citou até Freud e questionou a constitucionalidade do Artigo 235 do Código Penal Militar que tipifica como crime “a pederastia ou outro ato de libidinagem” em lugar sob administração militar.

Janot, porém, afirma que o artigo é constitucional e estabelece pena de detenção de até 1 ano para quem pratica ato libidinoso em ambiente militar.

09 ABR 2014

GAZETA DO POVO

Laudo confirma que Tayná não sofreu violência sexual

Raphael Marchiori

! A exumação do corpo de Tayná Adriane da Silva, 14 anos, confirmou o que a perícia inicial havia apontado: ela não sofreu violência sexual antes de ser morta. A informação foi obtida pela Gazeta do Povo com fontes que investigam o assassinato da garota, cujo corpo foi encontrado no dia 28 de junho de 2013, em Colombo, na Grande Curitiba.

Procurada para confirmar o resultado da necropsia, a Secretaria da Segurança Pública do Paraná (Sesp) não negou nem confirmou a informação. No Ministério Público, órgão que requisitou o exame, o promotor do caso não foi localizado.

O resultado põe por terra a teoria de que poderia haver lesões ósseas ou algum outro indício físico no cadáver que não tivessem sido apontados na perícia. Em agosto do ano passado, a própria família da vítima, por meio do advogado Luiz Janiszewski, pediu à Justiça a exumação do corpo. O pleito foi negado, mas, dias depois, a 1.ª Vara Criminal de Colombo autorizou o exame a pedido do MP.

Alvo de críticas da família, o laudo de criminalística divulgado naquele mesmo mês de agosto havia apontado que Tayná não tinha sofrido violência sexual antes de ser morta. Isso não queria dizer, entretanto, que ela não tenha sofrido abuso, já que o documento não entrava em hipóteses como ato consensual pouco antes do crime ou mesmo forçado sob ameaça (o que não deixaria rastros de agressão no corpo).

De acordo com funcionários do IML, que não quiseram se identificar, o caso não foi solucionado por falhas na investigação policial. “A garota não foi estuprada e isso ficou claro antes mesmo dos exames. O problema foi que a polícia, desde o princípio, não investigou o caso como ele deveria: um sequestro seguido de morte e não um estupro. Ela ficou dois dias desaparecida antes de ser morta e isso não foi investigado”.

Demora

O inquérito que apura a morte de Tayná já foi prorrogado seis vezes, a última delas no último dia 26, e passou por quatro delegados. Desde setembro de 2013, ele é presidido por Cristiano Quintas, da Delegacia de Homicídios. A reportagem pediu entrevista com o delegado, mas a assessoria da Polícia Civil informou que ele não falaria sobre casos não solucionados.

14 pessoas

Após a localização do corpo de Tayná, em terreno ao lado de onde funcionava um parque de diversões, quatro funcionários do local foram presos por suposto envolvimento com o crime. Na sequência, outros 11 — a maior parte policiais — foram presos acusados de torturarem os suspeitos para que eles confessassem. Todos foram soltos após reviravoltas na investigação que ajudaram a derubar o então delegado-geral Vinicius Michelotto.

Além da denúncia de tortura, pesou a favor do quarteto o laudo de que o sêmen deles não era compatível com

o encontrado na vítima — inclusive em uma contraprova. Com os novos fatos, eles foram soltos e incluídos em um programa de proteção a testemunhas.

Para parentes, os funcionários do parque são os responsáveis pelo crime. Luis Gustavo Janiszewski, advogado da família, defende que a tortura ocorreu após as confissões. “Sem querer defender, mas a tortura foi um castigo pelo crime cometido contra uma adolescente.”

“Na França, resolve-se 75% [dos homicídios]. No Brasil, só 6%. Um trabalho recente diagnosticou que isso ocorre devido ao [precário] aparelhamento da polícia, falta de estrutura e efetivo policial, laboratórios mal equipados e baixa relação de polícia técnica em relação à população.”

Julio Jacobo Waiselfisz, coordenador da pesquisa Mapas da Violência.

CONTINUA

09 ABR 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

FALHAS

**Família da jovem
critica declarações
de delegado-geral**

A admissão do delegado-geral da Polícia Civil do Paraná, Riad Braga Farhat, de que o assassinato da menina Tayná pode não ser esclarecido está associada ao momento político da segurança pública no estado. Essa é a opinião de familiares da garota assassinada em Colombo, na Região Metropolitana de Curitiba. "Quem tem culpa no caso é a perícia e agora quem está no comando da Sesp é o doutor Leon [Gruppenmacher, médico legista de carreira e ex-diretor geral do IML]. Tinha certeza que com ele lá tudo iria mudar porque tivemos conflitos no início do caso", afirma Marcia Fernanda da Silva, irmã da jovem.

A declaração de Riad Farhat foi dada em entrevista à rádio Banda B, no último dia 27. "Nós vamos fazer o que for possível, mas podemos não conseguir e precisamos admitir isso", disse na ocasião. Procurado pela **Gazeta do Povo**, o delegado-geral reafirmou a frase, mas disse que ela vale para qualquer caso. "Não disse apenas para o da Tayná, mas qualquer caso de Curitiba, Nova York ou Toronto. São casos difíceis de serem solucionados". (RM)

GAZETA DO POVO

MARCO AURÉLIO MELLO

09 ABR 2014

A mulher na política

Sabe-se que a população brasileira é constituída em maior número pelas mulheres. Mas o que se verifica, em termos de participação feminina, na política? A minimização dessa participação. Levantamento revela que menos de 10% das prefeituras são dirigidas por mulheres. Nas câmaras de vereadores, apesar de um pouco mais alta, essa porcentagem não ultrapassa 12%. Nas assembleias dos estados, são cerca de 10%. Nos governos estaduais, apenas dois estados encontram-se sob o comando de mulheres: Maranhão e Rio Grande do Norte. Na Câmara dos Deputados, de um total de 513 integrantes, há 46 deputadas federais, ou 8%. No Senado, são 12%: dez senadoras entre os 81 membros. Vem, então, contraste estimulante: o cargo maior da República está ocupado, pela vez primeira, por uma mulher, a presidente Dilma Rousseff. Qual é a posição do Brasil no ranking mundial da participação feminina na política? O 156.º lugar, numa lista de 188 países. Isso gera perplexidade e, digo mesmo, envergonha todos os brasileiros.

Relembro minha origem como juiz: a Justiça do Trabalho. O que havia até o advento da Consolidação das Leis do Trabalho? A relação jurídica tomador/prestador de serviços era regida pelo Código Civil, prevalecendo as ideias napoleônicas sobre a liberdade de contratar. Essa liberdade acabava por submeter o prestador dos serviços — já que, na vida, precisamos optar e, geralmente, optamos pela fonte do próprio sustento — ao tomador dos serviços. A única forma de caminhar para um equilíbrio, presentes as relações jurídicas, é ter o peso da lei, o peso de normas que não se mostrem simplesmente dispositivas, incidindo ao sabor da manifestação da vontade, mas imperativas.

A Lei das Eleições — Lei n.º 9.504, de 1997 — previu sistema que posso rotular como o primeiro passo dado: o sistema de cota. Versou um piso — refiro-me aos dois gêneros, masculino e feminino — de 30%. De forma tímida, estabeleceu que a observância dessa porcentagem mínima de-

correria da vontade dos partidos políticos, consubstanciando o preceito de mera faculdade. O Congresso avançou e substituiu, em 2009, essa faculdade pela obrigatoriedade.

Lastimavelmente, a visão machista prevalece. Surge filtro que não é salutar, bem-vindo. É pernicioso. Reporto-me às convenções dirigidas à escolha de candidatos. Apresenta-se, para não ser alcançado o quantitativo mínimo, justificativa inaceitável: a falta de candidatas. Quase sempre, afastada a sensibilidade dos partidos políticos, tem-se, salvo raras exceções, a escolha de candidatas formais, que, em passo seguinte, recolhem-se, deixando de participar do certame.

Há necessidade de conscientização maior. Há necessidade de perceber-se, até mesmo, que o Ministério Público Eleitoral estará atento a fraudes que venham a ser perpetradas quando da realização das convenções. Em síntese, o país do faz de conta deve transformar-se em um país realmente republicano, respeitando-se, acima de tudo, a ordem jurídica.

CONTINUA

09 ABR 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Em 2013, sob o ângulo simplesmente pedagógico, o Congresso aprovou o projeto que resultou na Lei n.º 12.891. A chamada minireforma eleitoral inseriu, na Lei n.º 9.504/97, preceito a sinalizar que o Tribunal Superior Eleitoral, no período compreendido entre 1.º de março e 30 de junho dos anos eleitorais, implementará propaganda institucional, em rádio e televisão, destinada a incentivar a igualdade de gênero e a participação feminina na política. A lei foi editada no período crítico de um ano que antecede as eleições. Mas, nessa parte, a aplicação é imediata, porque a publicidade institucional decorre do próprio Texto Maior, da própria Constituição Federal, presente o tratamento igualitário.

Conclamo a todos: avancemos socialmente! Observemos a Lei das Leis, a que todos, indistintamente, submetem-se! Avancemos culturalmente! E clamo às mulheres: façam parte da política, façam parte da solução, esperança de um Brasil mais sensível, mais equilibrado, mais igual!

Marco Aurélio Mello é presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

Relator tira

Petrobras do foco da CPI, e oposição vai ao Supremo

“A refinaria [de Pasadena] foi um bom negócio naquele momento. Ela refletiu uma estratégia que a Petrobras vinha definindo desde 1999, que era uma estratégia de conseguir refino nos EUA. Portanto, era uma estratégia que vinha de um governo anterior ao nosso.”

Sérgio Gabrieli, ex-presidente da Petrobras, que esteve ontem na Câmara. Ele apresentou o detalhamento sobre o negócio, feito em 2006, e afirmou que a compra foi correta na época.

Oposicionistas querem investigar apenas a estatal e governistas buscam incluir temas que atinjam adversários. Decisão na CCJ do Senado sobre a investigação ficou para hoje

Em decisão que beneficia o governo, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) apresentou ontem parecer que determina a instalação de CPI ampla da Petrobras no Senado, com poderes para investigar o cartel do metrô em São Paulo e atividades do Porto de Suape em Pernambuco, que atingem o PSDB e o PSB. Em resposta à tese governista, a oposição entrou com mandado de segurança no Supremo

Tribunal Federal (STF) para que a CPI investigue exclusivamente a Petrobras.

Na ação entregue ao Supremo, PSDB, DEM e PPS dizem que a inclusão de temas que não têm relação com o pedido da CPI não pode ser aceita. A tática da manobra governista é tentar adiar indefinidamente a instalação de qualquer CPI no Congresso neste ano eleitoral.

Jucá apresentou seu parecer na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que adiou a decisão para hoje. O relator disse ser “legítimo” ampliar o foco de investigações porque os dois temas (cartel e Suape) envolvem gastos irregulares de dinheiro público. Há dois pedidos de instalação da CPI da Petrobras no Senado, um feito pela oposição e outro por aliados do Palácio do Planalto.

PSDB e DEM querem investigar só a Petrobras, enquanto os governistas defendem a CPI ampla, pois os temas incluídos atingem pro-

váveis adversários da presidente Dilma: o senador Aécio Neves (PSDB-MG) e o ex-governador Eduardo Campos (PSB-PE).

Se a CCJ e o plenário do Senado seguirem a posição de Jucá, a CPI ampliada da Petrobras será instalada no Senado. A comissão adiou a decisão sobre a CPI depois que a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) alegou que a votação não poderia ocorrer simultaneamente ao trabalho do plenário — que, minutos antes, havia iniciado sua sessão.

O relator sugeriu retirar das investigações da CPI o superfaturamento de convênios e contratos na aquisição de equipamentos e projetos na área de tecnologia da informação, tema também incluído pelo governo para ser investigado pela comissão.

GAZETA DO POVO

O brasileiro é um Narciso ao contrário

09 ABR 2014

ARTIGO

MAÇAZUMI FURTADO NIWA, advogado especialista na área de saúde do terceiro setor, ex-presidente da Federação das Santas Casas e Hospitais Beneficentes do Estado do Paraná e docente em diversos cursos de pós-graduação.

Nelson Rodrigues afirmava que o brasileiro é um Narciso ao contrário. Para ele, o brasileiro sofria do complexo de inferioridade diante das grandes potências pelo mundo afora, a comparar as mazelas do Brasil com as qualidades dos países estrangeiros. De certa forma ele tem razão: algumas comparações não devem ser feitas ou são imponderáveis. Mas, se ainda fosse vivo, ele acresceria que o brasileiro é um Narciso ao contrário e que foge do espelho.

O "ser brasileiro" criou uma redoma sobre ele, um conjunto de defesas psíquicas que o define como um ser alegre, tolerante, flexível, altruísta e pacífico, enfim, qualidades do indivíduo. O fato é que o brasileiro sempre foi mais benevolente com seu jeito de ser e agir do que com o Brasil e com seus irmãos, pois, para ele, o Brasil em que todos os demais brasileiros habitam não é o mesmo em que ele vive. Assim, a autocrítica e o autoconheci-

mento sobre o "ser brasileiro" é divorciada da realidade. O que existe no presente é a crítica às instituições públicas, a crítica sobre o *modus vivendi* de seus irmãos ou o modo de ser e de agir dos brasileiros como cidadãos.

O brasileiro sofre. E como sofre! De frente ao espelho ele não se reconhece, pois a imagem refletida não é a dele. Uma crise de identidade aos 514 anos de idade, com todos os remorsos, ódios e rancores sociais. Como pode, ele, um ser tão autêntico, sofrer com a realidade do Brasil? Sim, a realidade é a de que, para o irmão brasileiro sair da extrema pobreza, basta que ele possua uma renda equivalente a R\$ 70 mensais. Sim, a realidade é a de que acontecem milhares de mortes anuais por intolerância: mulheres agredidas e executadas por seus maridos; homossexuais agredidos e mortos todos os dias; Sim, a realidade é a do racismo de cor e de classe social. Sim, a realidade é a de que o tráfico de drogas está instalado em todas as cidades brasileiras, provocando a morte imediata ou lenta – principalmente dos jovens. Sim, a realidade do país onde se vive é violenta, pois morrem anualmente mais de 57 mil brasileiros por absoluta ignorância dos condutores imprudentes e negligentes e por falta de um Estado que mantenha as estradas em condições de rodagem. Sim, a realidade é a de que no país ocorrem milhares de latrocínios anualmente. Sim, a realidade é a de que se justifi-

cam estupros em razão das roupas usadas. Sim, a realidade é a de que os governantes tratam a saúde e a educação como despesas e não como um direito e um investimento na condição humana de seus cidadãos. Sim, a realidade é a de que o outro brasileiro não é altruísta, pois ele invariavelmente gosta de levar vantagem: fura fila; estaciona em fila dupla e nas vagas destinadas aos portadores de deficiência e aos idosos; não devolve o troco errado; não cede seu lugar nos meios de transporte público a idosos, mulheres e homens que seguram seus filhos no peito. Enfim, julga a atitude e exige mais do irmão brasileiro e do Brasil do que dele mesmo.

E a angústia aumenta. Eis que, por omissão dele e de seus irmãos, vive-se num país em que a política se transformou em instrumento de obsessão pela manutenção do poder como um fim e não como instrumento de serviço à população; a maior corte da Justiça brasileira se tornou refém de quem a nomeia; a corrupção grassa em todas as esferas públicas e privadas; há um sentimento de impotência para mudar e há a certeza da impunidade ou a incerteza da punibilidade célere e proporcional ao crime praticado; há um Legislativo que não representa os anseios da população e que se transformou no balcão cartorial do Executivo, que se submete a essa condição em troca de cargos do próprio poder que o deslegitima.

A imagem refletida do "ser brasileiro" está desiludida. E o brasileiro, sob um pavor delirante, abre o armário atrás do espelho, retira do frasco e joga contra a mão espalmada dois comprimidos e os engole, antes que seja irreversível o surto de lucidez.

Saída estratégica

André Vargas faz a coisa certa ao pedir afastamento, mas tudo indica que a atitude obedece mais ao cálculo político-eleitoral que ao desejo de não obstruir as investigações

Num país em que tantos políticos, diante de acusações as mais cabeludas, se agarram a seus cargos como um náufrago se agarra a um pedaço de madeira no oceano, fez bem o deputado André Vargas, do PT paranaense, em se licenciar temporariamente do mandato parlamentar e da vice-presidência da Câmara Federal. Contra ele pesam suspeitas de que se aproveitava da suposta influência que detinha sobre setores da administração pública para favorecer negócios milionários do doleiro Alberto Youssef, preso em Curitiba entre os envolvidos na Operação Lava Jato, deflagrada pela Polícia Federal para investigar operações de lavagem de dinheiro.

A hipótese mais crível, no entanto, nos leva a entender que seu afastamento das funções obedeceu à conveniente estratégia de sair dos holofotes, e não necessariamente teve o objetivo de facilitar a ação da polícia para apurar as suspeitas de que agia para conquistar a própria “independência financeira”, conforme promessa que o doleiro lhe fizera num dos diálogos entre ambos captados pela Polícia Federal. No caso, tratava-se da contrapartida a que Vargas teria direito pelo lobby que permitiria a Youssef firmar contrato de R\$ 150 milhões com o Ministério da Saúde para fornecimento de remédios.

A suposição encontra maior credibilidade quando se toma conhecimento de declarações do ex-presidente Lula que, nesta terça-feira, em entrevista a blogueiros de todo o país, pediu ao correligionário que desse explicações sobre a viagem no jatinho do doleiro e sobre os demais negócios que mantinha com ele. Claramente, o interesse de Lula pelo caso não passou nem sequer perto de qualquer manifestação de apreço pela moralidade ou pela proteção dos bens públicos. Pelo contrário, soou como uma torcida para que o deputado se safasse logo das suspeitas para o PT não sofrer prejuízos — inclusive eleitorais, já pensando em outubro.

Eis a fala de Lula: “Espero que ele [Vargas] consiga convencer a sociedade e provar que não tem nada além da viagem de avião, porque, no fim, quem paga o pato é o PT”. Para bom entendedor, meia palavra basta: ao PT, pela voz de seu líder maior, mais importante do que a defesa de valores morais ou éticos é a preservação da força político-eleitoral do seu partido, que não pode ser chamuscada por episódios como o protagonizado pelo infeliz correligionário paranaense.

A visão distorcida do ex-presidente a respeito do caso se completou quando emitiu sua opinião acerca também da pretendida criação da CPI da Petrobras, que classificou como “um jogo político” feito por pessoas que querem apenas enfraquecer a estatal. O PT “tem de ir para cima” para impedir a CPI, disse Lula. Para ele, o partido já deveria ter aprendido a lição ao permitir a instalação da CPI do Mensalão, porque ela “deixou marcas profundas nas entranhas do PT”. Se o partido tivesse feito “o debate político” do processo “e não ficasse esperando a solução jurídica”, o resultado do julgamento teria sido outro, afirmou o ex-presidente. Quer dizer: nada mais sagrado do que manter o PT longe de fatatórios que o ligam a alguns dos mais tristes momentos de decadência moral já vividos pelo país no último século.

Pragmaticamente, portanto, o melhor a fazer era esconder o deputado André Vargas, tirá-lo de circulação, antes que o estrago se torne maior.

Antiga forma

Falar de assuntos espinhosos de maneira direta e transparente não é com ele. Portanto, não seria de esperar mesmo que o ex-presidente Luiz Inácio da Silva abordasse o tema Petrobras da perspectiva dos negócios nebulosos feitos pela estatal no governo dele e que agora estão sob a mira do Ministério Público, Polícia Federal, Tribunal de Contas e Congresso Nacional, na entrevista dada ontem a um grupo de blogueiros.

Lula passou ao largo das dificuldades objetivas que o governo enfrenta para se concentrar na exposição dos detalhes de uma agenda que permita ao PT e ao Planalto sair pela tangente na superação dos obstáculos. Falou basicamente para a militância, resuscitando teses caras ao partido, como o controle social dos meios de comunicação, vocalizando o discurso da altivez petista — “não podemos baixar a cabeça” — seguindo o lema “nós” contra “eles”.

Inspirado na própria experiência de 2005/2006, quando saiu da defensiva em que seu governo foi jogado devido ao escândalo do mensalão e partiu para a ofensiva que o levou à reeleição, Lula aconselhou o PT a “ir pra cima” dos adversários para evitar a CPI da Petrobras. Sabe como são essas coisas. Lembrou ao partido que a CPI do Mensalão começou com uma investigação sobre “pagamento de propina de R\$ 3 mil (nos Correios) e acabou no PT”. Quer dizer, o problema foi que os petistas não abafaram o caso a tempo e a hora.

O presidente anunciou que não será candidato. Isso na abertura da entrevista. No fim, já não apresentava a mesma convicção, afirmando que só o “futuro” pode responder a perguntas hipotéticas. Lula atende, assim, a três objetivos: de um lado aparentemente reforça a presidente Dilma Rousseff, de outro não mata de todo as esperanças dos que o querem de vol-

09 ABR 2014

ta na disputa agora e ainda mantém a oposição tensa.

Inclusive porque deu um aviso aos navegantes: pôs fim à sua fase de silêncio e vai começar a dar palpites em público até para a presidente (“acho que assim posso ajudar na eleição”), vai viajar com Dilma e vai voltar a falar sem parar. Evidentemente, sempre dentro de uma ótica própria que não necessariamente guarda relação com a realidade. Como a versão apresentada ontem para o aumento da percepção negativa sobre o governo Dilma. Não tendo como negar os números das pesquisas, depoimentos de gente que recebe no Instituto Lula e reclamações de petistas, o ex-presidente eleger um responsável pelo mau humor generalizado: o mensageiro.

Segundo ele, “a massa feroz de informação deformada” produzida pelos meios de comunicação é responsável pelas agruras em série que assolam o governo. Para isso, recomenda dois remédios. De imediato, “uma política agressiva de comunicação, com a ocupação de todos os espaços”. Como se o governo ocupasse poucos. Mais adiante, a retomada do debate sobre o marco regulatório, também conhecido como controle social da mídia, em português claro traduzido como fiscalização governamental do conteúdo produzido por jornais, revistas, rádios e televisões.

CONTINUA

09 ABR 2014

GAZETA DO POVO CONTINUAÇÃO

Esses temas, Dilma como presidente não pode defender, mas Lula como cabo eleitoral, comandante em chefe do PT, pode. Da mesma forma, ela não poderia — sem gerar uma crise com o Congresso — voltar a defender a Constituinte exclusiva. Mas Lula pode. Como fez na entrevista, ao defender as teses caras ao PT na reforma política, a começar pelo financiamento público de campanha.

Mensalão tampouco é assunto que interesse à presidente abordar. Mas Lula o faz na maior sem cerimônia dizendo que a “verdadeira história” ainda está para ser contada, sem dar pista sobre o tom da nova narrativa.

O ex-presidente esquivou-se de críticas mais pesadas ao Supremo Tribunal Federal. Limitou-se a tráfegar no terreno do politicamente incorreto ao dizer a razão pela qual indicou o ministro Joaquim Barbosa: “Eu queria um advogado negro e o currículo dele era o melhor”. Corre o risco de Joaquim achar que é racismo.

09 ABR 2014

GAZETA DO POVO

Ministério Público vai investigar crise no sistema Cantareira

O Ministério Público de São Paulo vai instaurar, ainda nesta semana, um inquérito civil para esclarecer a crise no sistema Cantareira, o mais importante reservatório de água da região metropolitana que vive a pior baixa de sua história, com quedas diárias em seu nível de operação. No inquérito a ser conduzido pelo promotor José Eduardo Ismael Lutti, o Ministério Público levará em consideração o fato de ter ocorrido ausência de chuvas nos meses de janeiro e fevereiro sobre as bacias hidrográficas que alimentam esse reservatório. Mas também vai apurar informações sobre a possibilidade de erros de gestão da Sabesp. Há suspeita de falhas na precaução contra as adversidades climáticas.

12,7%
DE
CAPACIDADE

é quanto registro o sistema Cantareira ontem, 0,2 ponto porcentual a menos que na segunda-feira. O contrato de outorga do sistema à Sabesp vence em 5 de agosto e sua renovação é vista com cautela por parte da Agência Nacional das Águas.

SEMIABERTO

Mensaleiro vai ser investigado por não cumprir regra de prisão

O juiz Vinícius Santos Silva, da Vara de Execuções Penais (VEP) do Distrito Federal, determinou que as autoridades penitenciárias abram um inquérito disciplinar para apurar a suspeita de que o ex-deputado federal Valdemar Costa Neto teria descumprido as regras de trabalho externo. Preso no regime de prisão semiaberto por envolvimento com o esquema do mensalão, Valdemar dá expediente durante o dia como gerente administrativo de um restaurante industrial em Brasília. No entanto, ele foi flagrado recebendo políticos no local de trabalho e visto durante o horário de expediente no drive thru de uma lanchonete. De acordo com despacho do juiz Vinícius Santos Silva, o inquérito disciplinar deverá apurar eventual descumprimento das condições de trabalho externo. Além disso, o magistrado determinou que seja intensificada a fiscalização do cumprimento das regras do trabalho externo pelo ex-deputado.

09 ABR 2014
BEMPARANÁ



Posse em Brasília

Em Brasília aconteceu a posse do Ministro do Superior Tribunal de Justiça Néfi Cordeiro. O brilhante paranaense esteve acompanhado de sua esposa Marisa Cordeiro e do Desembargador Munir Karam.

09 ABR 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Notas políticas

CPI dos Condomínios

Na primeira reunião ordinária após a sua instalação em 31 de março, os deputados que compõem a CPI dos Condomínios definiram na segunda-feira (7) um plano de ação para o início dos trabalhos. Entre as primeiras providências, por sugestão do deputado Rasca Rodrigues (PV), está o envio de ofícios ao Tribunal de Justiça (TJ),

Banco Central do Brasil (BC), Caixa Econômica Federal (CEF), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR) e Procon, com pedidos de informações.

09 ABR 2014

O ESTADO DE S. PAULO O perigo ronda o TCU

Encarregado de zelar pelas contas públicas e pelo respeito ao princípio da moralidade na máquina administrativa federal, o Tribunal de Contas da União (TCU) está correndo o risco de ter em seus quadros o senador Gim Argello (PTB-DF) – um político cuja folha corrida colide frontalmente com o papel que a Constituição atribui à Corte. Com apoio declarado do Palácio do Planalto, ele foi lançado pela base governista para a vaga aberta com a aposentadoria do ministro Valmir Campelo, na semana passada.

Campelo só deveria se aposentar em outubro, pela compulsória. Mas, em troca de um cargo de vice-presidente do Banco do Brasil, teria antecipado a saída a pedido da base governista, interessada em indicar ministros de confiança para o TCU. O acordo para a troca de Campelo por Argello foi negociado com o PTB pelo chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante, e pelo ministro de Relações Institucionais, Ricardo Berzoini, e teve o aval da presidente Dilma Rousseff.

Eleito suplente de senador em 2007, Gim Argello assumiu o mandato quando o titular, Joaquim Roriz, renunciou para não ser cassado e não perder os direitos políticos, depois de ser acusado de envolvimento num caso de corrupção no Banco de Brasília (BRB), ocorrido quando era governador do Distrito Federal. Tanto Campelo

quanto Argello, que foi deputado distrital, já integraram o grupo político de Roriz.

A biografia de Argello ficou conhecida na época em que assumiu a vaga de Roriz, em julho de 2007, e quase lhe custou o cargo, por causa dos crimes eleitorais de que era acusado à época. Atualmente, o senador responde a vários inquéritos e ações criminais no Supremo Tribunal Federal – a maioria por apropriação indébita, peculato, corrupção passiva, lavagem de dinheiro e ocultação de bens. Quando iniciou a carreira profissional no Distrito Federal, há quase três décadas, trabalhando como corretor de imóveis, Gim Argello tinha um patrimônio estimado em R\$ 100 mil. Em 2009, ele teria surpreendido um de seus colegas de plenário – Renan Calheiros (PMDB-AL), atual presidente do Senado – ao afirmar que havia alcançado “o primeiro bilhão de reais” naquele ano. A imprensa noticiou o diálogo, que, obviamente, teve uma repercussão negativa.

Uma das ações criminais em que é réu no Supremo foi impenetrada pela Procuradoria-Geral da República, depois que o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) constatou movimentações financeiras atípicas da mulher e do filho do parlamentar. Em agosto de 2013, o relator do processo, ministro Celso de Mello, pedindo providências à Polícia Federal, afirmou que o filho de Argello não teria renda que justificasse um patrimônio tão alto.

Em outro processo criminal, o relator, ministro Gilmar Ferreira Mendes, acolheu a denúncia do Ministério Público Federal, que acusa o parlamentar de crimes de desvio de dinheiro público e fraude em licitações.

Em sua defesa, o senador Gim Argello acusa o Coaf – que é a unidade de inteligência financeira do Ministério da Fazenda – de cometer “erros crassos”. Também afirma que já foi absolvido em alguns processos criminais pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e alega que se considera “adequado” para o cargo de ministro do TCU. Essas alegações, contudo, não foram suficientes para aplacar as críticas à sua indicação para o órgão. “Imagina se algum gestor público vai aceitar que suas contas sejam julgadas por um ministro acusado de crimes como lavagem de dinheiro. Se fosse para ter julgamento político, não precisava haver o TCU”, diz a presidente da Associação Nacional de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil, Luciene Pereira da Silva, depois de acusar o governo Dilma de fazer “jogo político” com os órgãos de fiscalização e controle.

Endossada pela entidade que representa os promotores que atuam nos Tribunais de Contas no País, a crítica é procedente. Para integrar o TCU, a Constituição exige reputação ilibada e idoneidade moral – qualidades não atestadas pela folha corrida do preferido do Palácio do Planalto e da base governista.

09 ABR 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Empresário cobra na Justiça fim de dívida por ter pago propina

Após processo, juiz mandou abrir inquérito para investigar autor de ação e servidor por corrupção passiva e ativa

Luciano Bottini Filho

Um juiz mandou abrir um inquérito sobre corrupção na Prefeitura de São Paulo depois de um empresário resolver processar um servidor porque teria pago dinheiro a ele para sanar uma dívida municipal. O empresário Mohamad Muhieddine Hage ajuizou uma ação na 1.ª Vara Cível da Capital para pedir danos morais e materiais, pois ele não teria conseguido quitar um débito de R\$ 161.175,29 após pagar R\$ 20 mil para o funcionário Jeremias Ribeiro.

O juiz José Luiz de Jesus Vieira mandou, no mês passado, notificar a Prefeitura e relatar o caso à Ouvidoria-Geral do Município por fortes indícios de corrupção ativa e passiva. Ele já havia extinguido a ação em fevereiro, considerando que “qualquer mente sã não teria dúvidas de que (o negócio) somente poderia se tratar de algum esquema escuso, já que não é crível que um funcionário da Prefeitura tenha ‘facilidades para conseguir descontos’ para terceiros”.

Segundo o pedido do empresário, somente parte do dinheiro seria usada para quitar a dívida e o restante seria para realizar o serviço. “Mas, em verdade, é indubitável que o dinheiro do corruptor serviria apenas ao bolso do corrompido”, disse.

Hage apresentou à Justiça um recibo, assinado por um homem chamado Demilton da Silva Moraes, que teria intermediado a negociação. O documento dizia que a quantia era parte do débito do contribuinte para realizar o trabalho de quitação. Se-

● **Ousadia**

“O autor, sem o menor pudor, tenta se fazer de vítima da situação, o que é no mínimo ridículo, se não fosse trágico.”

José Luiz de Jesus Vieira

JUIZ DE DIREITO DA
PRIMEIRA VARA CÍVEL DA CAPITAL

gundo o comprovante, a guia de recolhimento do valor devido à Prefeitura seria entregue no dia subsequente ao pagamento da suposta propina, mediante a devolução do recibo.

“Note-se que o corruptor (autor da presente ação) paga os R\$ 20 mil e é condicionado a entrega da guia de recolhimento (provavelmente fraudada) à devolução do recibo (que é a prova material do crime de corrupção de ambos)”, afirmou o juiz Vieira.

Defesa. O Estado procurou o advogado de Ribeiro, mas ele não foi localizado. À Justiça, ele alegou que não faria parte dos órgãos onde Hage tinha os débitos. O servidor confirmou que recebeu três cheques, “mas nada tem relação com o caso e, sim, com uma transação realizada de forma legal”, em uma cessão de direitos de um empreendimento habitacional.

A advogada de Hage, Elizabeth Mirosevic, afirmou que o cliente foi vítima de um golpe, por ser libanês e não saber ler em português. De acordo com ela, a ação, que foi inicialmente feita por outro advogado, não explicou bem a negociação entre eles, que consistiria na venda de um precatório.

“A ação não foi muito bem montada. Se tivesse explicado melhor, talvez não teria tomado essa invertida do juiz”, disse Elisabeth. A dívida seria relacionada a multas de empreendimentos imobiliários.

Segundo a Prefeitura de São Paulo, não houve nenhum comunicado oriundo de Vieira encaminhado à Controladoria ou à Corregedoria. Foi identificado, porém, o recebimento por parte da Ouvidoria-Geral do Município, em 21 de junho de 2007, de denúncia envolvendo Ribeiro – à época lotado na Subprefeitura de São Miguel, na zona leste – e também Moraes.

09 ABR 2014

O ESTADO DE S. PAULO

TUTTY

STF vai julgar furto de galo e galinha de R\$ 40

Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) terão de decidir em breve se deve ser mantido ou arquivado um processo criminal aberto contra Afanásio Maximiniano Guimarães, acusado de furtar um galo e uma galinha avaliados em R\$ 40. A Defensoria Pública tentou livrar Guimarães, mas tanto o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o ministro Luiz Fux, do STF, rejeitaram os pedidos, baseados no princípio da insignificância e com o argumento de que os animais foram devolvidos.

Metrô cria campanha contra assédio sexual

Após dezenas de casos policiais envolvendo assédio sexual contra mulheres em trens e em plataformas, o Metrô de São Paulo criou uma campanha para tentar conscientizar os passageiros. Cartazes, panfletos e vídeos nos televisores das composições vão lembrar que a prática constitui crime. O material também informará que a empresa “tem mais de mil agentes de segurança treinados para ajudar os usuários” e que denúncias podem ser feitas por mensagem de celular para o número 97333-2252.

O último Vargas

Entreouvido no Congresso sobre a situação do deputado André Vargas, depois que o petista embananado com um doleiro amigo pediu licença da vice-presidência da Câmara: “É o fim da era Vargas!” O aloprado da vez sai da política dando tiro no pé! Seu período histórico, iniciado com aquela patacoada de cerrar o punho erguido em provocação a Joaquim Barbosa, termina um mês depois com uma saraivada de lambanças do parlamentar batendo às portas do STF! Ou seja, já era!

De culposo...

A Justiça acatou denúncia de homicídio doloso (em que há intenção de matar) contra **Bernardo Romitti** – que, em julho do ano passado, atropelou e matou **Fabio Heide**, empresário de 43 anos, na zona sul de São Paulo.

Embora a polícia tenha prendido Romitti em flagrante, o crime foi registrado como homicídio culposo – quando não há a intenção de matar. Entretanto, ante a gravidade dos fatos (Romitti trafegava pela contramão, sem carteira de habilitação e com sinais de embriaguez), o MP reviu a classificação do crime.

Agora, ele irá a júri popular.

...para doloso

A decisão do MP não é usual. Em 2013, dos homicídios em SP por acidente de trânsito, só 1,7% foi registrado como doloso. Os outros 4.194, segundo a Secretaria de Segurança do Estado, foram classificados como culposos.

SÔNIA RACY Vão ter de me engolir

Luiz Antonio Marrey entrou em contato com a coluna para afirmar: apesar de já ter idade suficiente, o procurador não tem a menor intenção de se aposentar.

“Vou ficar longos anos no Ministério Público...”

Um a zero

Paula Lavigne comemora vitória no Tribunal do RJ em processo milionário movido por sua ex-sócia, **Conceição Lopes** – que a acusa de uso indevido da marca Natasha.